



Memorando 19.745/2025

De: **Wilson Socio Junior** Setor: **PGMR - Wilson - PGMR - Wilson**

Despacho: **3- 19.745/2025**

Para: **CFGAB - CONV - Setor de Convênios**

Assunto: **EMENDAS IMPOSITIVAS 2024- EXECUÇÃO 2025- PARECER JURÍDICO**

Rolândia/PR, 27 de Novembro de 2025

PARECER JURÍDICO

Interessado: Departamento de Convênios

Assunto: Análise jurídica sobre vícios temporais, orçamentários e procedimentais na execução de Emendas Impositivas – Processos Administrativos para dispensa de chamamento público e celebração de Termos de Fomento.

I – RELATÓRIO

O Departamento de Convênios solicita manifestação jurídica acerca da legalidade dos processos administrativos enviados para dispensa de chamamento público e posterior celebração de Termos de Fomento decorrentes de Emendas Impositivas. Conforme informações técnicas apresentadas, foram identificadas diversas irregularidades que recaem sobre a origem das emendas, o processo de indicação dos beneficiários e a apresentação dos planos de trabalho, havendo apontamentos de vícios temporais, procedimentais e orçamentários considerados insanáveis. Entre os elementos relatados, destaca-se que as emendas teriam sido publicadas antes da vigência formal da Lei Orçamentária Anual, que os planos de trabalho não foram apresentados no prazo legal e que a Câmara Municipal não se manifestou quanto ao impedimento técnico comunicado pelo Executivo. Os planos, ademais, passaram a tramitar apenas em meses muito posteriores ao prazo estabelecido em lei. Diante dessas irregularidades, solicita-se análise jurídica sobre a validade dos processos encaminhados e a possibilidade de celebração dos respectivos Termos de Fomento.

Este é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A análise preliminar evidencia, inicialmente, vício temporal de origem na indicação dos beneficiários das emendas. As Emendas Impositivas foram publicadas em novembro de 2024, antes da publicação da Lei Orçamentária Anual nº 4.252/2024, que ocorreu em 19 de dezembro de 2024. De acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº 4.126/2022, a indicação e a divulgação dos beneficiários somente podem ocorrer após a publicação da LOA. A divulgação antecipada, portanto, afronta o marco legal obrigatório, caracterizando vício insanável de origem, pois a indicação ocorreu sem base orçamentária formal e antes da vigência da lei que autoriza a execução orçamentária. Esse vício compromete toda a cadeia de atos subsequentes e impede sua convalidação, em razão da violação aos princípios da legalidade administrativa e da anualidade orçamentária.

No que se refere à execução, verifica-se ainda vício temporal na apresentação dos planos de trabalho. O art. 6º da Lei Municipal nº 4.126/2022 determina que os planos devem ser apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil até o primeiro dia útil do mês de março, e exclusivamente por meio do sistema digital municipal destinado ao Departamento de Convênios. A não apresentação dos planos no prazo e conforme o procedimento previsto constitui impedimento técnico, conforme estabelece o parágrafo único do referido dispositivo legal, devendo tal impedimento ser formalmente comunicado ao Poder Legislativo, o que foi realizado pelo Executivo. Contudo, não houve manifestação formal da Câmara sobre a superação ou não do impedimento informado, tendo apenas encaminhado alguns planos de forma tardia. Ressalte-se que os

planos de trabalho passaram a tramitar exclusivamente a partir dos meses de agosto, outubro e novembro de 2025, extrapolando por completo o prazo legalmente previsto e inviabilizando a adoção dos procedimentos subsequentes para a celebração de Termos de Fomento.

As irregularidades relatadas comprometem a validade dos processos pelos seguintes motivos: violação direta da legislação municipal, inobservância de prazos que constituem condição de procedibilidade para o repasse de recursos, ausência de manifestação legislativa quanto ao impedimento técnico comunicado e tramitação e aprovação de planos fora do período orçamentário legalmente previsto. Tais vícios caracterizam irregularidades insanáveis, pois atingem a formação e a instrução dos documentos essenciais, não havendo possibilidade de convalidação posterior.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opina-se pelo reconhecimento da nulidade dos processos administrativos encaminhados para dispensa de chamamento público e celebração de Termos de Fomento decorrentes das Emendas Impositivas analisadas. Há vício insanável de origem na indicação das emendas antes da publicação da Lei Orçamentária Anual, em contrariedade ao art. 4º da Lei Municipal nº 4.126/2022. Há também vício temporal e procedimental na apresentação dos planos de trabalho, que foram encaminhados fora do prazo e em desacordo com a forma legalmente prevista. Ademais, não houve manifestação formal da Câmara Municipal quanto ao impedimento técnico comunicado, e os planos foram analisados em momento que extrapola totalmente os limites temporais estabelecidos pela legislação municipal.

Assim, não há respaldo jurídico para a celebração dos Termos de Fomento pretendidos, sob pena de violação ao princípio da legalidade, responsabilização administrativa e eventual imputação de dano ao erário. É o parecer.

—
Wilson Socio Junior

Procurador Geral do Município

OAB/PR 60.616